



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

Informação nº 092/2020 – NUREC

Brasília (DF), 16 de abril de 2020.

Processo nº: 22.520/2018-e
Jurisdicionada: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF.
Assunto: Representação.
Ementa: Representação. Militares. CBMDF. Supostas irregularidades relacionadas à preterição na escala hierárquica funcional. Decisão nº 3502/2019. Improcedência. Pedido de Reexame. Mérito. Pelo desprovimento.

Senhor Diretor,

Estes autos cuidam de Representação formulada por militares integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, Srs. Pedro Armando Sousa Almeida e Fernando Dantas Santos, acerca de supostas irregularidades relacionadas à preterição de ambos na escala hierárquica funcional da Corporação (Peça 1).

2. A alegada preterição teria sido ocasionada pela consideração de data de ingresso supostamente divergente da realidade, sendo que o atraso ainda teria sido ocasionado por falhas cometidas pelo CBMDF, no que diz respeito ao tempo necessário para reincluir os militares recorrentes nas fileiras da Corporação após decisão favorável por eles obtida.

3. Nos termos da Decisão nº 3934/2018 (Peça 5¹), o Tribunal tomou conhecimento da Representação e concedeu prazo ao CBMDF para apresentação de esclarecimentos acerca do teor da inicial.

4. De posse das informações prestadas pelo CBMDF, foi prolatada a Decisão nº 3502/2019 (Peça 30²), mediante a qual a Corte considerou improcedente a referida Representação.

¹ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da Representação (e-doc 069B873D-c), por estarem preenchidos os pressupostos previstos no art. 230 do Regimento Interno desta Corte; II – conceder ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente esclarecimentos acerca do teor da inicial; III – dar ciência desta decisão aos Representantes, informando-os de que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por email); IV – autorizar: a) o envio de cópia da Representação, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a fim de subsidiar o cumprimento do inciso II; b) a devolução dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para adoção das providências cabíveis.

² O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda o Revisor,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

5. Contra o item II da Decisão nº 3502/2019 (Peça 30) foi interposto Pedido de Reexame pelos signatários da Representação (Peça 41), conhecido, no efeito suspensivo, pela Decisão nº 91/2020 (Peça 46³).

6. Em cumprimento ao item III, alínea “c”, da Decisão nº 91/2020 (Peça 46), passamos ao exame de mérito do recurso interposto em face da Decisão nº 3502/2019 (Peça 30).

Pedido de Reexame interposto pelos Srs. Pedro Armando Sousa Almeida e Fernando Dantas Santos (Peça 41)

7. Ao destacar a divergência entre os votos do Relator e do Revisor, os recorrentes ressaltam “*que as reinclusões ocorreram, pois, à época, os militares cumpriam os requisitos elencados pelo próprio Decreto Distrital 35.851/2014, de outra sorte não haveria decisão favorável neste sentido, vale dizer tanto administrativa (decisão do Governador em despacho no DODF nº 274, de 31/12/2014), quanto judicial (sentença nº 0710585-54.2017.8.070018 do militar Pedro Armando Sousa Almeida). Além disso, são reconhecidamente válidas as reavaliações psicológicas de ambos*”.

8. Nesse raciocínio, os recorrentes questionam que “*um desses requisitos mencionados pelo Decreto é justamente a aprovação no curso de formação. Então, nesse caso, somente militar que já tivesse obtido classificação na escala hierárquica estaria habilitado a ser novamente reavaliado. Assim sendo, o critério [classificação na escala hierárquica] foi utilizado num primeiro momento para reavaliação, após isso, utilizado em um segundo momento para a reinclusão dos militares às fileiras, posto que não necessitaram se submeter novamente a curso de formação, entretanto, **para a reclassificação de cada militar a formação profissional foi simplesmente desconsiderada?***”.

9. Com amparo no voto do Revisor, os recorrentes entendem ser “*devido o ressarcimento de preterição*”, vez que “*um dos argumentos apresentados pela Corporação, no processo SEI nº 00053-0001876/2017-34 (anexo 1), quando da reinclusão do militar Pedro Armando Sousa Almeida, não há qualquer pertinência à*

Conselheiro MÁRCIO MICHEL, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 1756/2018 - CBMDF/GABCG (e-doc C4ACDAD2-c), encaminhado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, considerando cumprida a diligência determinada pelo inciso II da Decisão nº 3.934/18; II – **considerar improcedente a Representação de que tratam os autos em exame** (e-doc 069B873D-c); III – dar ciência desta decisão aos Representantes e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para fins de arquivamento.

³ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação n.º 321/2019 – Nurec; b) do pedido de reexame interposto pelos Srs. Pedro Armando Sousa Almeida e Fernando Dantas Santos, conferindo efeito suspensivo ao item II da Decisão nº 3.502/2019; II – conceder ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal o prazo de 30 (trinta) dias, para apresentação de contrarrazões recursais; III – autorizar: a) a ciência desta decisão aos recorrentes, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução – TCDF nº 183/2007, informando-lhes que a peça recursal ainda carece de análise de mérito; b) o envio de cópia do pedido de reexame ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, como forma de viabilizar o cumprimento da diligência contida no item II, supra; c) o retorno dos autos ao Nurec para a análise de mérito do recurso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

situação aqui aventada, haja vista utilizarem como parâmetro a "LTIP" que trata de concessão de licença para tratamento de interesse particular", sendo "de conhecimento (do) Tribunal de Contas, que o desligamento dos Interessados não se deu por ato voluntário, buscando afastamento espontâneo da corporação para tratar de questão pessoal. Outrossim, a previsão para a referida licença é específica e prevista pelo legislador em caso restrito, já que a regra se aplica unicamente para a LTIP. Ademais, o parecer utilizado da PGDF para fundamentar é de 2005 e tratava tão somente da LTIP em que havia previsão expressa na lei, ficando claro, mais uma vez, o erro administrativo".

10. Por sua vez, quanto "ao argumento utilizado no processo SEI nº 00053-00092077/2017-93 (anexo 2), com respeito à necessidade de interstício mínimo, quando em resposta ao militar Pedro Armando Sousa Almeida, no qual lhe foi negada a solicitação, **não se trata de requisito para promoção em ressarcimento de preterição**, já que, conforme a legislação de regência já matizada, o direito de preterição é decorrente do reconhecimento do direito de promoção que **caberia ao militar preterido**".

11. Para os recorrentes, "a própria lógica do ressarcimento de preterição garante o direito de ocupar a posição hierárquica devida. Além disso, o interstício mínimo é exigido para casos de promoção por antiguidade, conforme se denota do caput do artigo 12 do Decreto Distrital nº 10174/1987, e não para promoção em ressarcimento de preterição. Ora, se a causa para que os Interessados ainda não tenham cumprido o requisito do interstício mínimo foi um erro comprovado da Administração, não podem ser responsabilizados e punidos indefinidamente, do contrário nunca haveria efetivamente promoção em ressarcimento de preterição. Nesse sentido, entende a jurisprudência do TJDF⁴".

12. Assim, "verifica-se a necessidade de aplicação do ressarcimento de preterição, de forma a reclassificar os Interessados em sua turma de origem, e também suas promoções às graduações de 3º Sargento QBMG-01, ocupando suas devidas posições em suas respectivas turmas. Na remota hipótese de não se considerar erro da Administração, quando (da) reincorporação dos militares, sobressaindo-se a necessidade de cumprimento do interstício mínimo, o que se admite apenas como hipótese, permanece ainda a necessidade de ser reconhecido o direito de permanecerem em sua turma de origem e, conseqüentemente, suas respectivas posições no Quadro".

13. Os recorrentes destacam que "a promoção por antiguidade, segundo o artigo 70 da Lei nº 12.086⁵, se baseia no princípio da hierarquia, de acordo com a

⁴ ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR. RESSARCIMENTO POR PRETERIÇÃO. REQUISITOS PARA PROMOÇÃO. ATENDIMENTO. I - O termo inicial de contagem do prazo prescricional é a data em que ocorrida a violação ao direito, no caso da **promoção em ressarcimento de preterição** a data em que o policial deveria ter sido promovido ao posto e não o foi. II - **Estando demonstrado o preenchimento dos requisitos formalmente exigidos, à época, para a almejada promoção ao posto de 2º tenente, o ressarcimento por preterição é medida que se impõe.** II - Deu-se provimento ao recurso. (Acórdão 623681, 20110111614206APC, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Revisor: VERA ANDRIGHI, 6ª Turma Cível, data de julgamento: 26/9/2012, publicado no DJE: 4/10/2012. Pág.: 163).

⁵ Art. 70. Promoção por antiguidade é aquela que se baseia na precedência hierárquica de um militar



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

posição no Quadro”, e que “a posição no Quadro, por sua vez, de acordo com o artigo 93 da Lei nº 12.086, inciso II⁶, parte da classificação no curso inicial”.

14. Segundo os recorrentes, “o curso inicial a que se refere o artigo mencionado faz referência ao Curso de Formação, não aos cursos de aperfeiçoamento que podem ser realizados ao longo da carreira, pois estes não alteram a ordem de classificação. Consequentemente, na promoção por antiguidade, a classificação é obtida tendo como base a posição obtida no Curso de Formação, de acordo com a turma em que o curso foi realizado. Assim, o critério para promoção é essencialmente centrado na classificação entre todas as turmas do curso de formação. Como, no caso, os Interessados cursaram em turmas específicas em curso de formação, essa é a classificação que deve ser utilizada para pautar suas promoções”.

15. No entanto, prosseguem os recorrentes, “pode-se observar que, após as reinclusões ao CBMDF, em 2017, foram reclassificados ilegalmente em turmas posteriores, de forma a subverter completamente a lógica da racionalidade do direito castrense, balizada nos princípios da hierarquia e da disciplina, prejudicando-os imensamente em todas as promoções que venham a ter pelo restante de suas carreiras. Isso também ficou claro quando o militar Fernando Dantas Santos, ao solicitar ressarcimento de preterição, a Corporação concedeu ao interessado classificação diversa da turma em que havia obtido sua formação como bombeiro militar. Ora, embora sua turma também já esteja toda na graduação de 3º sargento, a Corporação apenas concedeu ao interessado a graduação de cabo, conforme publicação em Boletim Geral nº 186, de 28, de setembro, de 2018 (anexo 3 - página 5”.

16. Além disso, de acordo com os recorrentes, “percebe-se que as respectivas reclassificações carecem de um critério objetivo, pois ocorreram de forma completamente aleatória. A própria jurisprudência do TJDFT é clara no sentido de que não é possível o enquadramento em turma diferente daquela em que foi realizado o Curso de Formação⁷”.

sobre os demais de igual grau hierárquico, dentro do mesmo Quadro.

⁶ Art. 93. Quadro de Acesso é a relação nominal dos bombeiros militares organizados por pastas ou graduações, dentro dos respectivos Quadros e Qualificações existentes na Corporação, colocados na seguinte ordem: I - decrescente de precedência hierárquica, de acordo com o disposto no Estatuto dos Bombeiros-Militares, aprovado pela Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986, para as promoções por antiguidade ou por ato de bravura; **II - de forma crescente, a partir do primeiro colocado do curso inicial de cada Quadro, considerando-se a classificação geral entre todas as turmas existentes no respectivo curso para promoção por merecimento, baseada na ordem de classificação obtida ao final dos respectivos cursos**; e III - decrescente, segundo o resultado da soma algébrica da quantidade de votos recebidos em todos os fatores de avaliação do desempenho para a promoção por merecimento aos postos definidos, conforme dispõem os incisos I a III do § 2º do art. 71.

⁷ FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. BOMBEIRO MILITAR DO DF. CURSO DE FORMAÇÃO REALIZADO EM TURMA POSTERIOR À QUE O CANDIDATO INGRESSARIA SE NÃO TIVESSE OCORRIDO A REPROVAÇÃO ANULADA POR DECISÃO JUDICIAL. RECLASSIFICAÇÃO NA ESCALA HIERÁRQUICA. INVIABILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL DECIDIDA PELO STF (Tema 454, RE 629392). RECURSO IMPROVIDO. I. É certo que o bombeiro militar será ressarcido de preterição quando tiver sido prejudicado por comprovado



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

erro administrativo, bem como é exigível o curso de formação e aprovação em estágio probatório para ingresso no Quadro Geral de Praças, na graduação de Soldado de Primeira Classe (Lei nº 12.086/2009, Art.74, inciso V c/c Art. 80). II. No presente caso, o recorrente sustenta que, por erro administrativo, não participou do Curso de Formação de Praças (CFP III/2013) em 07.06.2013, razão pela qual, em síntese, **pleiteia a reclassificação na escala hierárquica, como se o tivesse frequentado (“mesma data de ingresso”)**. III. De início, importante destacar que o requerente à época não integrava o quadro de pessoal da Administração (circunstância preponderante para a pretensão autoral), cuja convocação para participar do CFP Especial/2017 ocorreu por força de decisão judicial que anulou o ato de reprovação em exame psicotécnico e questão etária. IV. Insustentável a tese recursal, uma vez que a decisão ora revista está em consonância com a **tese firmada pela Suprema Corte (Tema 454, RE 629392, DJE 1º.2.2018 - repercussão geral)** no sentido de que “A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação”. V. Desse modo, escorreita a sentença que decidiu pela improcedência do pedido, na medida em que **não se pode transpor aproveitamento de um curso de formação para outro sem ofensa à isonomia quanto aos demais membros da corporação que efetivamente cursaram o CFP III/2013**. Inclusive o caso não se amolda às hipóteses legais de ressarcimento por preterição, uma vez que não houve erro administrativo, mas sim sentença judicial que determinou a nomeação e o ingresso do autor na carreira. Precedente: TJDF, 2ª Turma Recursal, Acórdão nº 1164866, DJE: 16/04/2019. (...) VII. Recurso conhecido e improvido. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos (Lei 9.099/95, Art. 46). (...).

JUIZADO ESPECIAL. FAZENDA. DIREITO ADMINISTRATIVO. **BOMBEIRO MILITAR. RECLASSIFICAÇÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO E INCLUSÃO NOS LIMITES QUANTITATIVOS DE INGRESSO POR ANTIGUIDADE NO QUADRO DE ACESSO DO CBMDF. IMPOSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL DECIDA PELO STF.** 1. Trata-se de recurso inominado interposto contra sentença que condenou o recorrente na obrigação de reclassificar o autor, na escala hierárquica da respectiva carreira, considerando a nota por ele obtida no Curso de Formação de Praças da Turma B, iniciado em 20 de fevereiro de 2012, como se tivesse sido obtida no Curso de Formação de Praças da Turma A, realizado anteriormente, a ser observado nas futuras movimentações na carreira. **2. O Distrito Federal assevera que a classificação correta do autor é a 397ª alusiva à Turma B, da qual foi integrante e realizou o curso de formação, etapa que inaugura e determina a posição do militar na escala hierárquica na corporação militar para as futuras promoções e, não, a 359ª alusiva à Turma A, como pleiteia o autor.** 3. O STF decidiu no RE 629392, com repercussão geral, que a nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam se houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação. Desse modo, não assiste razão ao autor/recorrido, devendo sua classificação ser considerada para fins de promoção na carreira a 397ª, obtida no curso de formação realizado na Turma B, que concluiu em 07 de novembro de 2012. 4. RECURSO CONHECIDO e PROVIDO. Sentença reformada, para que seja considerada, para fins de promoção na carreira, a 397ª colocação obtida no curso de formação realizado na Turma B, em 7/11/12. (...).

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CARREIRA DE PRAÇAS da polícia MILITAR DO DF. Participação em curso de formação posterior em decorrência de decisão judicial e de aptidão em novo exame psicotécnico. **Inexistência de erro da administração pública. Impossibilidade de RECLASSIFICAÇÃO NA ESCALA HIERÁRQUICA. RECURSO CONHECIDO e IMPROVIDO.** 1. Trata-se de recurso interposto pelo autor contra a sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais. 2. O recorrente sustenta, em síntese, que, em razão de **erro da administração**, deixou de participar do Curso de Formação de Praças (CFP) II/2010 da carreira da Polícia Militar do Distrito Federal, o qual foi concluído na data de 24/11/2011, e de ser promovido à graduação de Cabo na data de 26/12/2016. 3. Requer a sua promoção ao cargo de Soldado 1ª Classe a partir de 24/11/2011, bem como a correspondente reclassificação na escala hierárquica na carreira da PMDF, com a utilização da sua nota obtida no CFP III/2014. 4. Subsidiariamente, o recorrente requer a sua reclassificação na escala hierárquica da carreira na última vaga do CFP II/2011. 5. No caso, o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

17. Desse modo, segundo os recorrentes, é pacífico o entendimento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF “no sentido de que só é possível o enquadramento na turma em que foi realizada Curso de Formação. Importante ressaltar que a lei não menciona a perda da antiguidade e hierarquia no caso de reintegração, cujo tempo de serviço, mencionado no artigo 120, §2º da Lei nº 12.086⁸, só é computado para fins previdenciários”.

autor, inicialmente, foi eliminado do concurso previsto no Edital 001/2009 - DP/PMDf. A matrícula do autor no CFP-III, iniciado na data de 24/03/2014, ocorreu após a conferência da sua **recomendação ao cargo, avaliada em novo exame psicotécnico** (ID 5990900), realizado em cumprimento de decisão judicial. Portanto, **não restou verificado o alegado erro da administração pública. 6. É incabível a requerida reclassificação na escala hierárquica se o autor não frequentou o Curso de Formação de Praças II/2010, finalizado na data de 24/11/2011.** 7. Incabível, ainda, a requerida promoção à graduação de Cabo Policial Militar na data de 26/12/2016, pois **o autor concluiu o CFP na data de 14/08/2014, sendo esse o termo inicial para o preenchimento dos requisitos para a sua progressão na carreira da PMDF.** 8. Ressalta-se que o requerente, diferentemente daqueles que participaram do CFP-II/2010, **sequer integrou o quadro de pessoal da corporação durante o período de 24/11/2011 a 14/03/2014.** 9. Destarte, **incabível a procedência da demanda.** (...). Acórdão nº 1139889, 07014420720188070018, Relator: FERNANDO ANTONIO TAVERNARD LIMA, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 27/11/2018, Publicado no DJE: 30/11/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. 11. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. (...).

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PMDF - **ELIMINAÇÃO REVERTIDA POR DECISÃO JUDICIAL. CURSO DE FORMAÇÃO REALIZADO EM TURMA POSTERIOR. PRETENSÃO DE RECLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.** 1. Pretende o autor e recorrente, soldado policial militar, que o Distrito Federal o reclassifique (na carreira), “com base na antiguidade, levando em consideração a nota obtida no CFP IV, (8,828), e a data que privilegia os participantes do 3º Curso de Formação Policial - CFP III, qual seja 14/08/2014”. 2. Esclarece-se que o recorrente havia sido eliminado do concurso público para ingresso na corporação, pelo fato de não ter concluído o nível de escolaridade superior no momento da inscrição no Curso de Formação de Praças (CFP). **Obteve o direito à matrícula no curso de formação através de decisão judicial.** No entanto, segundo consta, quando o recorrente teve deferido o direito de ser incorporado ao curso de formação, em 26/05/2014, o 3º curso já havia iniciado em 21/03/2014, com data de término em 14/08/2014 - inclusive, consta da ata de conclusão do 3º curso de formação (ID 5219323) que diversos candidatos, entre eles o recorrente, deveriam ser rematriculados, “por não terem concluído o curso, em razão da não integralização das disciplinas”, motivo pelo qual ele foi matriculado, cursou e foi aprovado no 4º curso de formação de praças, finalizado em 10/04/2015. **3. Ora, além do impeditivo lógico de querer ser considerado aprovado, para os efeitos de hierarquia e progressão funcional, em curso de formação do qual não teria como participar integralmente das disciplinas, as quais devem ter um percentual mínimo de presença, no que se refere às aulas efetivamente assistidas (como em qualquer curso), a pretensão do recorrente traz também reflexos na situação funcional de terceiros, pois o princípio hierárquico das polícias militares se baseia na antiguidade, que é dada tanto pela data de ingresso na corporação, quanto pela colocação em referência aos demais colegas/militares - tempo e nota do curso de formação.** 4. O STF, em sede de repercussão geral, Tema 454, já assentou entendimento sobre a questão: “CONCURSO PÚBLICO - NOMEAÇÃO - ORDEM JUDICIAL - PROMOÇÕES. A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação. (RE 629392, Relator (a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-018 DIVULG 31-01-2018 PUBLIC 01-02-2018)” 5. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 6. Sentença mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos, com súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do artigo 46 da Lei nº 9.099/95. (...).

⁸ Art. 120. Os bombeiros-militares começam a contar o tempo de serviço no Corpo de Bombeiros a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

18. Em face disso, os recorrentes pedem ao Tribunal que seja “reconhecido o erro quanto (à) reclassificação dos militares **PEDRO ARMANDO SOUSA ALMEIDA**, mat. 2624672, e **FERNANDO DANTAS SANTOS**, mat. 2919572, pois foram preteridos e, em consequência, determine (que o CBMDF):

*1) corrija as respectivas classificações na escala hierárquica de praças dos militares **PEDRO ARMANDO SOUSA ALMEIDA**, mat. 2.624.672, entre os militares LUCAS DE ARAÚJO BRITO, mat. 1.919.591, e JEFERSON JOSÉ MOTA DA SILVA, mat. 1.909.370, e **FERNANDO DANTAS SANTOS**, mat. 2.919.572, entre os militares KÁTIA REJANE MOREIRA SOARES, mat. 1.920.813, e IREMAR IZAÍAS DA SILVA JÚNIOR, mat. 1.920.507;*

*2) promova os Bombeiros Militares **PEDRO ARMANDO SOUSA ALMEIDA**, mat. 2.624.672, e **FERNANDO DANTAS SANTOS**, mat. 2.919.572, a graduação de 3º Sargento, em ressarcimento de preterição, consoante os artigos **70, 71 e 93 da Lei 12086/2009 e (...) a jurisprudência do TJDF**, uma vez que, como visto, a reinclusão não afeta a antiguidade e hierarquia.*

3) ou, na remota possibilidade, sobressaindo-se a necessidade de cumprimento do interstício mínimo, que sejam reclassificados, tão logo cumpram a exigência, que, nesse caso, o militar Pedro Armando Sousa Almeida já possui e o militar Fernando Dantas Santos está na iminência de ter suprida a premissa”.

Contrarrrazões recursais

19. Mediante Ofício nº 385/2020 – CBMDF/GABCG, de 02/03/2020 (Peça 53), a Corporação encaminhou as contrarrrazões recursais demandadas pela Corte, com ênfase na legislação aplicável ao caso ora tratado (Lei nº 7.479/1986⁹, Decreto nº 35.851/2014 e decisões do Poder Judiciário), com destaque para as circunstâncias funcionais dos recorrentes, já conhecidas pelo Tribunal, conforme Ofício SEI-GDF nº 1756/2018 – CBMDF/GABCG, de 06/09/2018 (Peça 12), a fim de justificar a manutenção da decisão recorrida e de demonstrar que restaria “claro que todos os atos administrativos praticados no âmbito do CBMDF foram baseados pela legalidade e que a representação proposta pelos demandantes carece de suporte fático e jurídico aptos a amparar o deferimento”.

Análise

20. No que se refere ao Sr. Pedro Armando Sousa Almeida, Cabo QBMG-01, matrícula nº 2624672 (Processo SEI nº 00053-00092077/2017-93), observa-se que o seu ingresso no CBMDF se deu em 09/02/2012, mediante provimento judicial liminar,

partir da data de sua inclusão, matrícula em órgão de formação do bombeiro-militar ou nomeação para o posto ou graduação no Corpo do Bombeiros. (...) § 2º O bombeiro-militar reincluído recomeça a contar tempo de serviço da data de sua reinclusão.

⁹ Aprova o Estatuto dos Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

posteriormente cassado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, tendo a Corporação, em consequência, anulado a sua incorporação, a contar de 09/02/2012 (Portaria de 17/07/2014, publicada no DODF de 23/07/2014).

21. Com a edição do Decreto nº 35.851, de 26/09/2014¹⁰, o Sr. Pedro Armando Sousa Almeida foi reincluído no CBMDF, a contar de 13/11/2017, tendo solicitado sua promoção em ressarcimento à preterição à graduação de 3º Sargento QBMG-01, a contar de 30/03/2016 (mesma data dos militares de sua turma do Curso de Formação de Praças), pleito esse indeferido pela Corporação, considerado o não preenchimento do requisito temporal estabelecido no inciso V do artigo 89 da Lei federal nº 12.086, de 06/11/2009¹¹, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 12 do Decreto nº 10.174, de 10/03/1987¹².

22. Consoante informações prestadas pela Corporação (Ofício SEI-GDF nº 1756/2018 – CBMDF/GABCG, de 06/09/2018; Peça 12), o tempo de serviço ativo do Sr. Pedro Armando Sousa Almeida, *“quando foi excluído do CBMDF (totalizava) 03m.23d. (três meses e vinte e três dias) na graduação de Cabo. Esse tempo, somado com os dias após sua reinclusão, a contar de 13/11/2017, totalizou 00a.07m.22d. (sete meses e vinte e dois dias) na graduação de Cabo da QBMG-01 Operacional”*.

¹⁰ Dispõe sobre o provimento e a efetivação de policiais e bombeiros militares no serviço ativo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências. (...) Art. 1º Os policiais militares e os **bombeiros militares que, por força de decisão judicial tenham sido aprovados nos cursos de formação**, previstos nos editais dos concursos publicados até a edição deste Decreto, **poderão ser efetivados nos postos e nas graduações que se encontram, em caráter excepcional e à vista do interesse público, caso os motivos que ensejaram a propositura de demandas judiciais contra o Comandante-Geral da PMDF, o Comandante-Geral do CBMDF e o Distrito Federal sejam superados**, de acordo com o procedimento previsto neste Decreto. Art. 2º Os Comandos Gerais da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal reapreciarão os fundamentos dos atos administrativos que acarretaram a propositura das demandas judiciais de que trata o artigo anterior. § 1º As reapreciações dos atos de que trata este artigo serão implementadas após a realização e a aprovação, conforme o caso, de novos: (...) IV – exame psicológico; (...) § 3º Superado em decisão fundamentada, o motivo que ensejou a propositura da demanda judicial, o Comandante-Geral da PMDF e o Comandante-Geral do CBMDF adotarão as providências necessárias à definitiva investidura do policial militar e do bombeiro militar no cargo que ocupa. Art. 4º Os atos administrativos decorrentes do disposto neste Decreto não acarretarão indenização pecuniária de qualquer natureza.

¹¹ Art. 89. Até que seja expedido o ato de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 94, **as promoções dos bombeiros militares serão feitas com base na legislação aplicável até o dia imediatamente anterior ao da publicação desta Lei**, em relação aos seguintes aspectos: (...) V - interstícios, com as seguintes exceções: a) **o interstício para Terceiro-Sargento BM será o mesmo previsto para o Primeiro-Sargento BM;**

¹² Aprova o Regulamento de Promoções de Praças do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências. (...) Art. 12 - São **condições imprescindíveis para a promoção à Graduação superior, pelo critério de antiguidade:** (...) II - **Ter completado, até a data de promoção, o requisito interstício, definido como o tempo mínimo de permanência em cada Graduação**, que poderá ser reduzido até a metade por ato do Comandante-Geral da Corporação, mediante proposta da Diretoria de Pessoal e visando o preenchimento de vagas, cujos prazos são os seguintes: (...) c) **para Cabo BM - dois anos;**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

23. Demais, de acordo com o Ofício nº 385/2020 – CBMDF/6ABCG, de 02/03/2020 (Peça 53), o Sr. Pedro Armando Sousa Almeida permaneceu “2 (dois) anos e 5 (cinco) meses sem vínculo funcional com a Corporação, o que interferiu na contagem do seu tempo de serviço e do interstício na graduação em que se encontrava”, e, portanto, “**não possui o requisito INTERSTÍCIO**, ou seja, o tempo mínimo de permanência de 2 anos na graduação de Cabo BM previsto na legislação, pois, conforme demonstrado acima, o militar possui apenas 00a.07m.22d. (sete meses e vinte e dois dias) na graduação de Cabo da QBMG-01 Operacional”.

24. Já o Sr. Fernando Dantas Santos, Cabo QBMG-01, matrícula nº 2919572 (Processo SEI nº 00053-00010284/2018-19), ingressou no CBMDF na data de 20/02/2012, igualmente por meio de provimento judicial liminar, mais tarde cassado pelo TJDF, com a consequente exclusão da Corporação, a partir de 20/02/2012 (Portaria de 04/02/2014, publicada no DODF de 17/02/2014).

25. A reinclusão do Sr. Fernando Dantas Santos no CBMDF se deu em 27/12/2017 (Portaria de 22/12/2017, publicada no DODF de 27/12/2017), em cumprimento ao item II da Decisão nº 5838/2017 – TCDF¹³ e à luz do referido Decreto nº 35.851/2014.

26. Uma vez reincluído nos quadros da Corporação, o Sr. Fernando Dantas Santos solicitou sua promoção em ressarcimento de preterição à graduação de 3º Sargento QBMG-01, a contar de 30/03/2016 (mesma data dos militares de sua turma do Curso de Formação de Praças), a qual restou indeferida em virtude da não satisfação do interstício mínimo referido no citado inciso V do artigo 89 da Lei federal nº 12.086/2009 c/c o artigo 12, inciso II, alínea “c” do Decreto nº 10.174/1987.

27. Segundo o Ofício nº 385/2020 - CBMDF/6ABCG, de 02/03/2020 (Peça 53), o Sr. Fernando Dantas Santos “*permaneceu sem vínculo jurídico com a Administração Militar por um período de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 23 (vinte e três) dias*”, e “*o lapso temporal compreendido entre a anulação de incorporação e a reinclusão (...) não (foi computado ou aproveitado) para qualquer fim funcional ou de carreira, em razão de ausência de labor nesse período, pois não (integrava) os quadros de pessoal em serviço ativo da Corporação*”.

28. De fato, como bem ressaltado pela Informação – DIADM/SEFIPE (Peça 13), “o tempo em que os militares estiveram afastados do serviço ativo da caserna não pode ser computado para fins de promoção, servindo como paralelo, por analogia, a vedação do cômputo de tempo ficto para fins de aposentadoria dos servidores públicos, nos termos do art. 40, § 10, da CF”.

¹³ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício SEI – GDF nº 1738/2017 – CBMDF/GABCG (PEÇA 17), de 10.11.2017, considerando cumprida a diligência determinada pelo item II da Decisão nº 5.206/2017; II – **determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que proceda à “reinclusão” do Sr. Fernando Dantas Santos nos Quadros da Corporação, tendo em conta sua aprovação em nova avaliação psicológica realizada com fundamento no Decreto Distrital nº 35.851/2014 e no provimento exarado no Processo Administrativo nº 053.000.912/2013; (...). Processo nº 29830/2017 - Ato de admissão de servidores do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, decorrentes do concurso público regulado pelo Edital nº 1/2011.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

29. Além disso, no caso dos recorrentes, a reinclusão nos quadros do CBMDF, em caráter excepcional, possibilitada pelo Decreto nº 35.851/2014, estava condicionada à realização e aprovação em novo exame psicológico, o qual veio a ser realizado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE/Universidade de Brasília – UnB, contratado mediante inexigibilidade de licitação, consoante os motivos exposto no Memorando nº 016 – CEABM/DISAU, de 12/01/2015, citado no referido Ofício SEI-GDF nº 1756/2018 – CBMDF/GABCG (Peça 12¹⁴).

30. Observa-se que o citado Memorando nº 016 – CEABM/DISAU/2015, anexado ao Ofício SEI-GDF nº 1756/2018 - CBMDF/GABCG (Peça 12), explicita que *“foram imediatamente iniciadas as medidas administrativas para a contratação de pessoa jurídica para a reaplicação do teste de avaliação psicológica aos bombeiros militares que se encontravam na condição sub judice e que tivessem concluído com aproveitamento o respectivo curso de formação, visando garantir o que prescreve o § 2º, do Art. 2º, do Decreto Distrital nº 35.851, de 26 de setembro de 2014”*, e que, após a contratação do CEBRASPE/UnB, *“os militares na condição sub judice foram convocados para serem submetidos à nova avaliação psicológica”*.

31. Esse é o ponto no qual se apegam as razões recursais, ou seja, a conclusão, com aproveitamento, do curso de formação realizado anteriormente à anulação das incorporações ao quadro do CBMDF.

32. De fato, no que se refere à presente discussão, o próprio Decreto nº 35.851/2014, em seus artigos 1º e 2º, §§ 1º, inciso V, e 2º, especifica que suas disposições se destinam ao provimento e a efetivação de bombeiros militares no serviço ativo do CBMDF, *“que, por força de decisão judicial tenham sido aprovados nos cursos de formação, previstos nos editais dos concursos publicados até a edição”*, devendo as respectivas reapreciações serem *“implementadas após a realização e aprovação, conforme o caso”*, de novo exame psicológico, haja vista ter sido esse *“o motivo (já superado) que ensejou a propositura da demanda judicial”*.

33. No entanto, segundo o artigo 4º, *“os atos administrativos decorrentes do disposto (no Decreto nº 35.851/2014) não acarretarão indenização pecuniária de qualquer natureza”*, aqui incluída, por óbvio, a eventual utilização de tempo de serviço

¹⁴ “(...) Diante da informação produzida pelo Centro de Assistência do CBMDF/Diretoria de Saúde, a qual demonstrou a possibilidade de quebra do Princípio da Isonomia, caso os testes psicológicos não fossem aplicados seguindo os mesmos parâmetros editalícios do concurso, foram imediatamente iniciadas as medidas administrativas para a contratação de pessoa jurídica para a reaplicação do teste de avaliação psicológica aos bombeiros militares que se encontravam na condição sub judice e que tivessem concluído com aproveitamento o respectivo curso de formação, visando garantir a que prescreve o § 2º, do Art. 2º do Decreto Distrital nº 35.851, de 26 de setembro de 2014. Nesse passo, foi instaurado o Processo SEI n.20053-000090/2015, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para a reaplicação das avaliações psicológicas, com base no Decreto Distrital nº 35.851, de 26 de setembro de 2014. Ressalta-se que no referido processo foram adotadas as medidas administrativas necessárias, com a execução das fases do procedimento de inexigibilidade de licitação, o que culminou na contratação do CEBRASPE, conforme publicado no DODF nº 47, quinta-feira, 9 de março de 2017. Após, os militares na condição sub judice foram convocados para serem submetidos à nova avaliação psicológica. Aos aprovados foi aplicado o Decreto nº 35.851/2014, sendo cada processo individualizado por meio físico, analisado pela Comissão Permanente de Concursos - COPEC e encaminhado ao Comandante-Geral para proceder a investidura definitiva de cada militar. (...)”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

ficto, de modo a sustentar a pretensão de ressarcimento de preterição à graduação de 3º Sargento QBMG-01, a contar de 30/03/2016 (mesma data dos militares de sua turma do Curso de Formação de Praças).

34. Não se questiona o fato de os recorrentes preencherem, à época, os requisitos do Decreto nº 35.851/2014, tanto que foram procedidas as reavaliações psicológicas de ambos, tal como previsto no referido normativo.

35. Entretanto, o mesmo Decreto nº 35.851/2014 normatizou um mecanismo preventivo de impacto nos cofres públicos, caso fossem permitidas indenizações pecuniárias de qualquer natureza, na esteira do provimento e da efetivação, em caráter excepcional, dos bombeiros militares.

36. Portanto, a excepcionalidade do provimento e da efetivação dos “bombeiros militares que, por força de decisão judicial tenham sido aprovados nos cursos de formação, previstos nos editais dos concursos publicados até a edição” do Decreto nº 35.851/2014, não teve o condão de possibilitar aos destinatários da norma idêntico tratamento reservado àqueles que obtiveram regular aprovação nos cursos de formação, sem a intervenção do Poder Judiciário.

37. A aplicação do princípio da isonomia, ou equivalência – igualdade perante a lei (artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal) – deve ser compreendida na medida da máxima aristotélica: “*Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade*”.

38. Sob o ponto de vista formal, veda-se a utilização de critérios legais que ensejem tratamento discriminatório ou seletivo.

39. Do ponto de vista material, admite-se a adoção de critérios distintos direcionados a pessoas e a situações que requeiram tratamento diverso.

40. Nesse raciocínio, não há que se falar em violação do princípio da isonomia, como sustentam os requerentes.

41. A aprovação “*sub judice*” no curso de formação, invalidada pelo Poder Judiciário, posteriormente aproveitada em sede administrativa, “*em caráter excepcional e à vista do interesse público*”, não afastou a necessidade de cumprimento do interstício temporal legalmente exigido para as promoções subsequentes.

42. Nesse ponto, prescreve o Decreto nº 10.174/1987, artigo 42, § 2º, que “*para assegurar o equilíbrio e a regularidade no ingresso aos Quadros de Acesso às promoções por Antiquidade e Merecimento dos Sargentos, deverão ser estabelecidos os limites quantitativos de antiguidade, por Graduação e Qualificação de Bombeiro-Militar Geral, excluindo-se dessas regras “os Soldados Bombeiros-Militares e os Cabos Bombeiros-Militares, os quais serão promovidos às graduações de Cabo e de 3º Sargento, respectivamente, na ordem de classificação obtida ao término do respectivo curso de formação*”.

43. Por sua vez, o artigo 12, inciso II, alínea “c”, do mesmo Decreto nº 10.174/1987 prevê, como condição imprescindível “*para a promoção à Graduação superior, pelo critério de antiguidade (...) ter completado, até a data de promoção, o requisito interstício, definido como o tempo mínimo de permanência em cada*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

Graduação, que poderá ser reduzido até a metade por ato do Comandante-Geral da Corporação, mediante proposta da Diretoria de Pessoal e visando o preenchimento de vagas, cujos prazos são os seguintes: (...) para Cabo BM – dois anos”.

44. Neste caso concreto, num primeiro momento, a classificação obtida ao término do respectivo curso de formação foi invalidada, em decorrência de determinação judicial.

45. Mais tarde, com o advento do Decreto nº 35.851/2014, a circunstância de participação e aprovação no curso de formação foi aproveitada, em caráter excepcional, vedada qualquer forma de indenização.

46. Logo, o direito de permanecer na turma original do curso de formação não confere aos recorrentes o direito de contar o tempo de afastamento das fileiras da Corporação, por determinação judicial, como serviço efetivo.

47. Portanto, não se vislumbra erro administrativo da Corporação, a fim de justificar o pedido de ressarcimento de preterição de promoção.

48. A Lei federal nº 10.086/2009, em seu artigo 86, inciso II, prescreve como condição básica, imprescindível, que habilita “o militar de Carreira à promoção ao posto ou graduação superior: (...) possuir o interstício exigido para o respectivo grau hierárquico (...)”.

49. É entendimento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que “a mera promoção de militares mais modernos não revela o direito subjetivo dos demais militares de serem igualmente promovidos, se não houver a comprovação de que, na época da pretendida ascensão, o pleiteante possuía todos os requisitos indispensáveis para tal desiderato¹⁵”.

50. Além disso, diz o mesmo Tribunal que “o ressarcimento por preterição é possível somente se demonstrado que outro integrante da carreira em situação semelhante à do postulante obteve promoção em prejuízo deste último. Logo, o paradigma a ser utilizado no processo de promoção em ressarcimento por preterição é, em relação ao postulante, o militar imediatamente mais moderno na escala de antiguidade¹⁶”.

51. Demais, de acordo com o referido Tribunal, “para o reconhecimento do direito à promoção em ressarcimento de preterição, não basta a prova do erro administrativo, sendo indispensável a comprovação de que, excluído o militar citado como paradigma, o demandante preenchia todos os requisitos legais, tal como a classificação dentro do número de vagas, entre outros¹⁷”.

¹⁵ Acórdão n.1015531, 20150111196007APC, Relator: SANDOVAL OLIVEIRA 2ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 03/05/2017, Publicado no DJE: 15/05/2017. Pág.: 219/227

¹⁶ Acórdão Número: 904674; Data de Julgamento: 28/10/2015; Órgão Julgador: 5ª TURMA CÍVEL; Relator: JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS; Revisor: ANGELO PASSARELI; Data da Intimação ou da Publicação: Publicado no DJE: 11/11/2015 . Pág.: 203.

¹⁷ Acórdão Número: 1059124; Data de Julgamento: 08/11/2017; Órgão Julgador: 7ª TURMA CÍVEL; Relator: FÁBIO EDUARDO MARQUES; Data da Intimação ou da Publicação: Publicado no DJE: 16/11/2017. Pág.: 564-566.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

52. Em regra, segundo o TJDF, *“a reclassificação na escala numérica das praças do CBMDF deve se dar com observância tanto do critério de antiguidade, considerando o paradigma apontado, bem como a pontuação conferida aos militares nos respectivos Cursos de Formação de Cabo e 3º Sargento, que valida o critério do merecimento intelectual exigido*¹⁸”.

53. No mesmo sentido, *“não demonstrado o preenchimento dos requisitos formalmente exigidos à época, para a almejada promoção a 3º Sargento, não há que se falar em ressarcimento por preterição, eis que a antiguidade não é o único requisito a ser observado*¹⁹”.

54. No caso destes autos, a classificação obtida pelos recorrentes no curso de formação foi formalmente anulada, em decorrência da cassação de medida liminar pelo TJDF, a qual havia possibilitado a inclusão dos militares nos quadros do CBMDF.

55. Nesse ínterim, não houve qualquer atividade laboral, no âmbito do CBMDF, por parte dos recorrentes, até o momento em que foram reincluídos, por força do Decreto nº 35.851/2014.

56. Para o TJDF, *“a reintegração do militar excluído, (uma vez observada) a ordem de colocação no concurso por meio do qual ingressou na carreira, (não caracteriza a ocorrência da) preterição”,* haja vista que *“a realização do curso de formação, amparada em decisão antecipatória da tutela, não gera, por si só, o direito à promoção que configura o pedido principal, julgado improcedente”,* e que *“a condição individual de outros militares, obtida judicialmente, não serve de paradigma ao pedido de subversão da ordem de antiguidade*²⁰”.

57. A propósito da aferição do critério de antiguidade, e a título ilustrativo, interessante observar que, no entendimento do TJDF, *“apesar da possibilidade de averbação como efetivo tempo de serviço no assentamento funcional do militar do quadro do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal o tempo em que o apelante serviu à Força Aérea Brasileira – FAB, (...) esse período não é válido para fins de antiguidade no CBMDF (...)*²¹”.

58. No caso, a reinclusão dos recorrentes nos quadros do CBMDF, por força do Decreto nº 35.851/2014, apenas aproveitou, excepcionalmente, a circunstância

¹⁸ Acórdão Número: 834206; Data de Julgamento: 19/11/2014; Órgão Julgador: 2ª TURMA CÍVEL; Relator: J.J. COSTA CARVALHO; Revisor: LEILA ARLANCH; Data da Intimação ou da Publicação: Publicado no DJE: 26/11/2014. Pág.: 131.

¹⁹ Acórdão Número: 780763; Data de Julgamento: 23/04/2014; Órgão Julgador: 5ª Turma Cível; Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI; Revisor: JOÃO EGMONT; Data da Intimação ou da Publicação: Publicado no DJE: 25/04/2014. Pág.: 250.

²⁰ Acórdão Número: 278414; Data de Julgamento: 01/08/2007; Órgão Julgador: 2ª Turma Cível; Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI; Revisor: CARMELITA BRASIL; Data da Intimação ou da Publicação: Publicado no DJU SEÇÃO 3: 23/08/2007. Pág.: 97.

²¹ Acórdão Número: 755480; Data de Julgamento: 29/01/2014; Órgão Julgador: 6ª Turma Cível; Relator: ANA CANTARINO; Revisor: JAIR SOARES; Data da Intimação ou da Publicação: Publicado no DJE: 04/02/2014. Pág.: 183.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

fática da anterior aprovação no curso de formação, para fins de possível efetivação *“nos postos e nas graduações que se encontram”*.

59. O lapso temporal transcorrido entre a anulação da incorporação e a reinclusão nos quadros do CBMDF – sem a efetiva prestação laboral – não pode e não deve ser computado para fins de promoção.

60. Cabe observar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se firmou no sentido de que, *“na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus à indenização sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante”*²².

61. Nesse raciocínio, não há substrato jurídico para o deferimento dos pedidos constantes dos itens 1 e 2 do recurso sob exame, no que se refere à determinação de correção das respectivas classificações na escala hierárquica de praças dos militares, com as consequentes promoções.

62. Acerca da suposta discordância manifestada pelo i. Revisor, Conselheiro Márcio Michel (Voto Vista/Manifestação de Vista – GCMM; Peça 27), observa-se, a bem da verdade, a convergência com o entendimento do i. Relator, Conselheiro Paiva Martins (Voto – GCPM; Peça 29), excetuada a *“fundamentação diversa, simplificada, sem adentrar no mérito da ocorrência de ‘erro administrativo’”*, uma vez que, com relação ao *“Representante Fernando Dantas Santos, não consta dos autos informações que apontem para a existência de processo administrativo no CBMDF acerca da matéria aqui representada”*.

63. A ponderação feita pelo nominado i. Revisor vem ao ensejo do pedido formulado no item 3 do recurso, ao qual também deve ser negado provimento, tendo em conta que a verificação do cumprimento do interstício mínimo, para fins de reclassificação, deve ser procedida, num primeiro momento, pela própria Corporação, sem interferência do Controle Externo.

64. Como bem ressaltado pelo i. Revisor, *“sem que haja requerimento pleiteando promoção junto à jurisdição, não há como o Tribunal manifestar-se sobre a matéria, porquanto não configurada nenhuma ilegalidade por parte do CBMDF”*.

Conclusão

65. Em síntese, considerada a fundamentação acima exposta, e com todo o respeito aos recorrentes, somos pelo desprovimento do Pedido de Reexame (Peça 41) interposto em face do item II da Decisão nº 3502/2019 (Peça 30).

Sugestões

66. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

I. tomar conhecimento da Informação nº 092/2020 - NUREC;

²² STF. Plenário. RE 724347/DF, Rel. para acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 26/02/2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

NÚCLEO DE RECURSOS

- II. no mérito, negar provimento ao Pedido de Reexame interposto em face do item II da Decisão nº 3502/2019, restabelecendo seus efeitos;
- III. autorizar:
 - a) o conhecimento do teor da decisão que vier a ser proferida aos recorrentes;
 - b) o envio de cópia desta Decisão ao Núcleo de Recursos, como forma de viabilizar os correspondentes registros;
 - c) o retorno dos autos à SEFIPE, para as devidas providências, incluindo o arquivamento do feito.

À consideração superior.

Assinatura Eletrônica

Renato Alves da Cruz

Auditor de Controle Externo